

Onde estão as mulheres dentro do público da educação especial?

¿Dónde están las mujeres del público de la educación especial?

Ana Paula Santos de Oliveira
Michelle Roberta Pavão
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
São Carlos/SP-Brasil

Resumo

Alguns estereótipos, fatores ambientais e situacionais estão muito vinculados à cultura, e acabam transmitindo/ditando, por exemplo, papéis sexuais, papéis em relação ao contexto familiar, maneiras de se comportar, e assim por diante, e que majoritariamente transmitem mensagens contraditórias à mulheres. Observa-se que as relações de gênero são fortemente marcadas nas mulheres público da Educação Especial devido ao processo histórico de dependência familiar e infantilização em que estão ou foram submersas. Dito isso, a presente pesquisa buscou através de uma revisão narrativa com viés qualitativo, rastrear o que vem sendo falado/produzido sobre as mulheres do público da Educação Especial. Como resultados, constatamos nos estudos encontrados, uma dupla desvantagem: ser mulher, e possuir alguma especificidade, seja ela uma deficiência ou altas habilidades/superdotação.

Palavras-chave: Mulheres; Educação especial; Gênero.

Resumen

Algunos estereotipos, factores ambientales y situacionales están muy ligados a la cultura, y acaban transmitiendo/dictando, por ejemplo, roles sexuales, roles en relación al contexto familiar, formas de comportarse, etc., y que en la mayoría de los casos transmiten mensajes contradictorios a las mujeres. Se observa que las relaciones de género están fuertemente marcadas en el público femenino de la Educación Especial debido al proceso histórico de dependencia familiar e infantilización en el que están o estuvieron sumergidas. Dicho esto, la presente investigación buscó, a través de una revisión narrativa con sesgo cualitativo, rastrear lo que se ha dicho/producido sobre las mujeres del público de la Educación Especial. Como resultados, constatamos en los estudios encontrados, una doble desventaja: ser mujer, y tener alguna especificidad, ya sea una discapacidad o las altas capacidades.

Palabras-clave: Mujeres; Educación especial; Gênero.

1. Introdução

Alguns estereótipos, fatores ambientais e situacionais estão muito vinculados à cultura, e acabam transmitindo/ditando, por exemplo, papéis sexuais, papéis em relação ao contexto familiar, maneiras de se comportar, e assim por diante, e que majoritariamente transmitem mensagens muito contraditórias à mulher (PÉREZ; FREITAS, 2012). Mas também não podemos negar que os aspectos biológicos definem a identidade, ou seja, as identidades são “pré-formadas”, socialmente falando, a partir de características genéticas (PÉREZ; FREITAS, 2012).

Para entendermos melhor essa questão, vamos regressar um pouquinho na história, onde o patriarcado começa a ser instaurado na sociedade e o homem passa a ser o “provedor, caçador, dono do conhecimento e da lei, ator da vida pública” (PÉREZ; FREITAS, 2012, p. 678), e à mulher lhe cabia na história o papel de “ser procriadora, cuidadora dos filhos, dona da sensibilidade, da beleza, desprovida das letras, que atua apenas na vida privada” (PÉREZ; FREITAS, 2012, p. 678). Esse foi o motivo ao qual - até nos dias de hoje - milhares de mulheres sofreram/sofrem diariamente consequências desses ditames culturais mais que ultrapassados, tal como um eco perverso da discriminação. Mas como leitores, podem nos indagar: “Mas como sofrem?” “Não seria um vitimismo ou uma intenção disfarçada para chamar a atenção?”

Para responder à esses questionamentos, primeiramente vamos a alguns fatos: a família educa a mulher de forma diferente ao homem, numa tentativa de “protegê-la” (totalmente errônea), acaba privando-a da liberdade, “limita sua autonomia e seus mecanismos de defesa e reduz as expectativas de futuro em relação a ela” (RODRÍGUEZ et al., 2003 apud PÉREZ; FREITAS, 2012, p. 683), quer dizer que, desde muito pequenas, as mulheres vão aprendendo que não devem por exemplo, falar alto, ser espalhafatosas, falar palavrões, ou ainda, que devem sentar de uma maneira “adequada”, pois mulheres não se comportam assim. Elas vão internalizando uma série de “ensinamentos” que as podam o tempo todo, inclusive em relação à vestimenta, pois existem roupas certas e momentos errados para uma mulher estar.

Reis (2002) nos traz que o excesso dos chamados “bons modos” para as mulheres ainda na infância pode atrofiar suas atitudes, sua capacidade de questionar, se impor, fazendo com que se crie ou internalize uma passividade exacerbada, que mais a frente será entendida, socialmente falando, apenas como um traço feminino.

Indo mais à frente em nossa discussão e caminho cronológico de idade, Pérez e Freitas (2012, p. 682-683) nos trazem que na adolescência “as mulheres tendem a valorizar mais as relações sociais, preocupando-se mais em agradar aos outros ou com a aprovação dos outros”. E é assim que aos poucos, vão se inserindo outros fatores na vida das mulheres, tais como, habilidades, idade, a escolha de uma carreira profissional, e decisões pessoais relacionadas à casamento e filhos, que podem resultar em novas barreiras internas acrescidas e relacionadas a este papel de ser mulher a ser cumprido (REIS, 2002).

Já em relação ao público da Educação Especial, que de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, é definido por pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008), o que se tem observado, é que as relações de gênero são fortemente marcadas nas mulheres público da Educação Especial (PAEE) devido ao processo histórico de dependência familiar e infantilização em que estão ou foram submersas (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014).

Mello e Nuernberg (2012) relatam que é recorrente na literatura feminista o argumento que evidencia a “dupla desvantagem” de mulheres com deficiência em relação a participação social, educação, renda e trabalho, direitos sexuais e reprodutivos. Apesar do conhecimento hoje disponível, das políticas públicas e ações da sociedade civil e da participação feminina em organizações não governamentais, os estudos de gênero ainda não debatem questões pertinentes de mulheres com deficiência e, conseqüentemente, a violação de seus direitos, de seu corpo, e suas vidas ficam à margem de movimentos em defesa da mulher no coletivo, principalmente, das mulheres com deficiência (FARIAS, 2019).

Esse cenário desfavorável não poderia ser diferente para a mulher com altas habilidades também, apesar de sua capacidade exacerbada, vemos que muitos ditames sociais, estereótipos afetam diretamente e negativamente o desenvolvimento das altas habilidades. Na literatura, encontramos descrita como a síndrome da impostora descrito por diversos autores (PÉREZ; FREITAS, 2012; PERRONE et al, 2007; PRICE; WARDMA; BRUCE, 2021) ou como descrevem Reis e Sullivan (2009) uma "modéstia feminina" que consiste numa crença interna feminina de que não são tão capazes quanto os outros as percebem ou as descrevem serem, e ainda, que são capazes de enganar as demais pessoas, e seu sucesso não se deve à sua capacidade, mas sim, a fatores externos como um trabalho árduo, sorte, ou um bom mentor (OLIVEIRA, RANGNI, 2021).

Dito isso, a presente pesquisa busca rastrear o que vem sendo falado/produzido sobre as mulheres do público da Educação Especial, pretendendo responder a questionamentos como estes: Quais são os estudos que estão sendo produzidos com esta temática? O que vem sendo discutido? Qual a quantidade de estudos com o tema hoje?

2. Método

Trata-se de um estudo de revisão narrativa com viés qualitativo, que de acordo com Rother (2007) a revisão narrativa permite descrever e discutir o desenvolvimento do “estado da arte”, sob o ponto de vista teórico e/ou conceitual. Além disso, os autores podem realizar análises e interpretações críticas mais amplas sobre o assunto estudado em um curto espaço de tempo (ELIAS et al., 2012).

É importante salientar que em uma revisão narrativa não é necessária “a reprodução dos dados e nem fornecer respostas quantitativas para questões específicas” (ROTHER, 2007, p.1), no entanto, iremos descrever, de forma breve, as bases de dados, assim como o método utilizado para dar mais fiabilidade ao método do estudo, do mesmo modo que buscamos dar mais visibilidade às pesquisas de revisões narrativas que ainda são pouco utilizadas dentro da comunidade científica (ROTHER, 2007; ELIAS et al., 2012).

Para tanto, buscamos artigos indexados nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online - SciELO*, sendo uma base nacional que compreende diversas áreas; no Portal de Periódicos CAPES, que por sua vez compreende tanto periódicos e produções nacionais e internacionais das mais diversas áreas também e; duas revistas especializadas na área da Educação Especial, sendo a Revista Educação Especial e a Revista Brasileira de Educação Especial. O recorte temporal da pesquisa abrangeu os últimos dez anos (2012 - 2022).

Foram estabelecidos quatro (4) critérios de inclusão, sendo eles: os artigos deveriam abordar questões de gênero, mais especificamente, sobre mulheres dentro do público da Educação Especial; os estudos deveriam estar em Português; dentro do escopo temporal de 2012 a junho de 2022; e como último critério de inclusão, ambas as pesquisadoras deveriam ter encontrado os mesmos estudos. As palavras-chaves utilizadas para a busca dos estudos foram empregadas de forma combinada com a utilização do operador booleano *and*, as quais são: gênero; público alvo da educação especial; mulheres; educação especial; deficiência; transtorno do espectro autista e; altas habilidades.

Optamos por colocar apenas deficiência, de maneira mais ampla, não delimitando se seria física, auditiva, intelectual ou visual, para verificarmos como os estudos estariam distribuídos dentro de cada especificidade, assim como, acatamos a definição do público da educação especial de acordo com a legislação vigente (BRASIL, 2008). Neste contexto, utilizamos os seguintes termos: pessoas com deficiência (PCD), Transtorno do Espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (AH/SD). Justificamos o uso do termo TEA presente nas palavras-chave para busca, e não Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, como se apresenta na legislação (BRASIL, 2008), ancoradas no preceito de que o termo está presente no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 de 2014, desta forma, hipotetizamos que haveria possibilidade de encontrarmos mais estudos com esta terminologia, e considerando também, que foi implementado em 2022 pela Organização Mundial da Saúde - OMS, a 11ª revisão do *International Classification of Diseases* (ICD), ou termo utilizado no Brasil CID, em que o termo Transtorno do Espectro Autista - TEA surge numa nova classificação (6A02) sendo um distúrbio do neurodesenvolvimento, e passa a ser desvinculado dos transtornos globais do desenvolvimento (TGD) que também porta nova classificação (6A03).

Após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumo dos trabalhos, aqueles que contemplaram os critérios de seleção foram lidos na íntegra para análise dos mesmos. Ao final, os estudos selecionados para compor o escopo teórico da pesquisa totalizaram nove (9), sendo eles: Dantas, Silva e Carvalho (2014); Farias (2019); Massuda e Orlando (2019); Mello e Nuernberg (2012); Neumann (2018); Pérez e Freitas (2012); Pieczkowski e Gavenda (2021); Silva (2020); Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022).

Ao longo de todo o processo de análise e organização dos resultados obtidos na presente revisão, buscamos verificar correlações e/ou diferenças entre os estudos, com a finalidade de promover algumas compreensões, discussões atuais sobre a intersecção entre o tópico mulheres e o público da Educação Especial. À vista disso, subdividimos a discussão dos resultados em dois tópicos: Mulheres, gênero e Altas Habilidades/Superdotação e Mulheres, gênero e deficiência que serão discutidos qualitativamente no tópico a seguir.

3. Resultados

Obtivemos uma grande gama de artigos encontrados em algumas buscas, com determinadas combinações de palavras-chave ultrapassando mil estudos, contudo, cabe informar que nestes casos em que os resultados marcavam valores acima de 200, foram

Onde estão as mulheres dentro do público da educação especial?

explorados apenas até a página 10. Apesar dos altos números encontrados, somente nove (9) foram selecionados para compor o quadro de estudos analisados por cumprirem todos os critérios de inclusão já mencionados anteriormente. Tais estudos serão expostos abaixo no Quadro 1.

Quadro 1. Relação de artigos selecionados

Artigo	Base de dados	Autores	Ano
Mulheres com deficiência na docência brasileira	CAPES	Daniela Priscila de Oliveira Veronezi; Geisa Muller de Campos Ribeiro; Suely Henrique de Aquino Gomes	2022
Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual	SciELO; Revista Brasileira de Educação Especial	Tania Mara Zancanaro Pieczkowski Marizete Lurdes Gavenda	2021
A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade	Revista Educação Especial	Jackeline Susann Souza da Silva	2020
Para quem quer ver além: deficiência visual e empoderamento feminino	CAPES	Adenize Querez de Farias	2019
Temas em altas habilidades/superdotação na perspectiva de gênero: um estudo de revisão sistemática	CAPES; Revista Educação Especial	Mayra Berto Massuda Rosimeire Maria Orlando	2019
Desigualdade de gênero e altas habilidades/superdotação	SciELO	Patrícia Neumann	2018
Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento	CAPES; SciELO; Revista Brasileira de Educação Especial	Taísa Caldas Dantas; Jackeline Susann Souza SIlva; Maria Eulina de Pessoa de Carvalho	2014
A mulher com altas habilidades/superdotação: à procura de uma identidade	CAPES; SciELO; Revista Brasileira de Educação Especial	Susana Graciela Pérez Barrera; Soraia Napoleão Freitas	2012
Gênero e deficiência: interseções e perspectivas	CAPES	Anahi Guedes de Mello; Adriano Henrique Nuernberg	2012

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos resultados encontrados.

A base de dados que mais encontramos estudos, foi no Portal de Periódicos CAPES, já a combinação de palavra-chave que mais resultou em estudos foi “mulheres *and* Educação Especial” com 6.809 resultados e a que menos gerou estudos foi a combinação “mulheres *and* transtorno do espectro autista” contando apenas com 34 resultados. O Portal de Periódicos CAPES também foi a base de dados que mais gerou produtos para o estudo, sendo dos nove (9) artigos finais selecionados, sete (7) deles foram encontrados nesta base de

dados. Percebe-se também no Quadro 1, que alguns artigos foram encontrados em duas ou mais bases de dados. Também pudemos constatar que foram encontrados estudos atuais, datando no período de 2018 a 2022, já os estudos mais antigos permaneceram no período de 2012 e 2014.

Outro ponto interessante que observamos nos resultados, foi que grande parte dos estudos tinha como método o estudo de caso, sendo utilizado em cinco (5) dos estudos encontrados, com apenas algumas variações na forma de coleta de dados. Pérez; Freitas (2012) e Pieczkowski, Gavenda (2021) realizaram estudo de caso, Massuda, Orlando (2019) e Neumann (2018) realizaram, respectivamente, uma revisão sistemática, e pesquisa bibliográfica, já Dantas, Silva, Carvalho (2014) realizaram um relato de pesquisa através da história oral, e Farias (2019) propõe através de uma pesquisa de campo conhecer a história de vida de sua participante, Silva (2020) que também realizou uma pesquisa de campo utilizou-se da técnica de sombreamento e, por último, Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) realizaram uma pesquisa quantitativa propondo-se a analisar os dados gerais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na primeira etapa da apresentação dos resultados, no tópico 3.1 Mulheres, gênero e Altas Habilidades/Superdotação, limitou-se somente àqueles estudos que apresentavam em seu escopo de discussão ou que investigaram/trataram das AH/SD em mulheres, no intuito de estabelecer similaridades, relação entre os estudos, sendo eles: Pérez e Freitas (2012), Neumann (2018) e Massuda e Orlando (2019).

3.1. Mulheres, gênero e Altas Habilidades/Superdotação

Pérez e Freitas (2012) vem refletir sobre a identidade da mulher com AH/SD através de um estudo de caso. As tensões se fixam entre possuir uma habilidade acima da média, questões de identidade, pertencimento e não pertencimento e as pressões sociais postas no papel de ser mulher, mãe/cuidadora do lar. Em um primeiro momento do texto as autoras nos trazem uma sucessão de exemplos de mulheres com altas habilidades/superdotação que pouco são lembradas na história, e/ou que recebem pouco prestígio comparado à alguns nomes masculinos de grande destaque também, mas que passam despercebidas por serem mulheres, mesmo elas desempenhando grandes papéis e dando grandes contribuições para a história e a ciência.

Onde estão as mulheres dentro do público da educação especial?

Em todas as áreas do saber e do fazer humano sempre houve mulheres que se destacaram e que deveriam ser lembradas, especialmente porque o seu extraordinário desempenho geralmente teve que enfrentar o preconceito, barreiras culturais e sociais e mesmo econômicas (PÉREZ; FREITAS, 2012, p. 681).

As autoras ainda nos trazem a questão da existência de identidades individuais e coletivas, isto é, como eu me vejo e me sinto, e como os outros me veem, logo, haverá uma inter-relação e reação entre essas duas perspectivas (que podem ser diferentes uma da outra) e isso pode fazer com que o indivíduo “decida mascarar a sua identidade individual, de “outro”, para não ter censurada sua identidade “coletiva”, de mulher/homem, de mãe/pai, aluno/a, enfim, de ser humano” (PÉREZ; FREITAS, 2012, p. 682), esse comportamento podemos observar claramente em uma das respostas da participante do estudo das referidas autoras “odeio quando me sinto ‘diferente’, no sentido de chamar a atenção sobre mim”, o que explica a força que têm as expectativas que a sociedade coloca na mulher” (PÉREZ; FREITAS, 2012, p. 690).

Já Neumann (2018) realizou uma pesquisa bibliográfica em uma base de dados a fim de buscar estudos que trouxessem a questão de gênero em discussão com as altas habilidades/superdotação, objetivando refletir sobre a desigualdade de gênero na área. Como resultados da pesquisa foram encontrados 3 artigos sobre o tema, apontando que as questões de gênero prejudicam, principalmente, as meninas no processo de identificação das AH/SD, e como consequência, não recebem atendimento educacional especializado, tendo maior desvantagem apenas por serem mulheres, uma vez que a educação familiar e escolar, podem polir seus comportamentos para que não tenham ou demonstrem ambições que fujam da construção de uma família e a maternidade, por exemplo, retalhando assim, o desenvolvimento de seu potencial tanto intelectual quanto criativo (CAMARGO; FREITAS, SILVEIRA, 2013 *apud* NEUMANN, 2018).

Cabe aqui fazer um sinal de alerta a tal questão alarmante e tão aterrorizante, urgimos dar a devida atenção a questões de gênero como estas, pois, muitas meninas estão sendo prejudicadas no processo de identificação das AH/SD simplesmente pelo fato de vivermos em uma sociedade patriarcal, machista que acredita e normatiza disfarçadamente a ideia de que os homens são mais inteligentes que as mulheres.

Como último trabalho encontrado que trata das altas habilidades/superdotação em mulheres, temos Massuda e Orlando (2019) que realizaram uma pesquisa de revisão sistemática de estudos publicados nos anos de 2007 a 2016 com o objetivo de conhecer a

produção científica nacional e internacional acerca das AH/SD, a fim de discutir quais as principais temáticas abordadas nos estudos, a que objetivos eles atendem, quais os avanços e quais pontos que têm sido negligenciados nesse contexto. Dentre os resultados destacados, as autoras perceberam a prevalência de três (3) grandes temáticas: diferenças entre gêneros, estereótipos de gênero e aspirações profissionais.

Massuda e Orlando (2019) expuseram que os estudos centrados em estereótipos de gênero revelaram diversas consequências da pressão social existente, para que mulheres com AH/SD correspondam a papéis socialmente demarcados. Nesse sentido, notou-se que o fator de gênero exerce influência tanto nas escolhas profissionais, questão que também foi observado no estudo de Bian, Leslie e Cimpian (2017), quanto no estilo de vida das mulheres, pois, resultam em buscas de carreiras ditas “adequadas para o gênero feminino”, e “embora homens e mulheres com AH/SD tenham muitas similaridades psicológicas, tomam estratégias diferentes para gerenciar múltiplos papéis na vida durante a década seguinte a sua educação formal” (MASSUDA, ORLANDO, 2019, p. 16)

Observou-se no estudo também que até a identificação das altas habilidades/superdotação em mulheres é mais difícil, pois, estão frequentemente marcadas pelo viés cultural e de estereótipos de gênero, uma vez que a sociedade espera certos comportamentos, padrões cognitivos de homens e não de mulheres. Além disso, os estudos mostraram que os professores das escolas tendem a encaminhar mais meninos do que meninas para avaliações de AH/SD. As autoras finalizam ressaltando a importância de um modelo teórico e de identificação que reduzam as desigualdades de gênero, promovendo equidade no processo de identificação e desenvolvimento das AH/SD.

Notamos que os três estudos deste tópico de discussão citam a carência de pesquisas na área das AH/SD com a temática de gênero, o que está em concordância com outros autores tal como Reis e Gomes (2011).

Na segunda etapa da discussão e apresentação dos resultados, item 3.2 Mulheres, gênero e deficiência, exibiremos os estudos que centram suas discussões nas mulheres com deficiência, tendo como estudos componentes deste tópico os estudos de Mello e Nuernberg (2012); Dantas, Silva e Carvalho (2014); Farias (2019); Silva (2020); Pieczkowski e Gavenda (2021); Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022).

3.2. Mulheres, gênero e deficiência

Durante nossas buscas, já percebemos a falta de estudos sobre mulheres e TEA; mulheres com deficiência física, e mulheres com deficiência auditiva, que encontramos apenas um resultado. As especificidades encontradas foram apenas duas: deficiência intelectual (DI) e deficiência visual (DV), aos quais serão descritos a seguir.

Dantas, Silva e Carvalho (2014) apresentam um relato de pesquisa através da história oral, trazendo o caso de uma jovem mulher com deficiência intelectual (DI) que apresenta indícios de empoderamento em quatro (4) dimensões fundamentais: família, educação, trabalho e vida social. No entanto, observou-se que a representação da mulher com deficiência em nossa sociedade patriarcal e androcêntrica, intensificam visões inadequadas tais como a “fragilidade feminina” sobre a mulher com deficiência, colocando-a em situação de dupla desvantagem e vulnerabilidade em diversos âmbitos sociais.

Os autores supracitados, também afirmam que as escolhas trabalhistas “não estão distantes da divisão de gênero e tornam-se ainda mais limitantes quando associadas à deficiência” (DANTA; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 566) como percebido no estudo de acordo com o relato de Caroline.

A função que Caroline exerce no trabalho, de dobrar roupas, revela os papéis atribuídos às mulheres em ocupações ligadas ao cuidado e à organização, diferentemente de homens que geralmente ocupam cargos de liderança e prestígio social (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 566).

Farias (2019, p.1) objetivou “analisar os efeitos das estruturas capacitistas e de gênero na experiência de desigualdades e múltiplas vulnerabilidades de mulheres com deficiência” trazendo a concepção do modelo social da deficiência nas teorias feministas. A autora explorou a trajetória de vida de uma mulher com deficiência visual (DV) desde a infância até seu ingresso no Ensino Superior através do método história de vida. As múltiplas barreiras apresentadas pela participante dentro do ambiente familiar, trajetória escolar e no ingresso ao Ensino Superior se transferem para as pessoas, e mais diretamente ainda, para as mulheres com deficiência, que são excluídas, discriminadas e tendo seus direitos negados.

A participante enfrentou duas barreiras sociais basilares: a de que pessoas com deficiência são incapazes e a de ser mulher. Farias (2019) ainda observa que o maior desafio a ser enfrentado atualmente, consiste em tornar os ambientes educacionais e sociais mais acessíveis, o que oferecerá tanto às mulheres cegas e/ou videntes “mecanismos que lhes

permitam descobrir as próprias capacidades e assim olhar para a realidade, conscientes da força de sua ação transformadora” (FARIAS, 2019, p. 21).

Seguindo às inferências acima, Silva (2020) exprime que a inclusão escolar possui limites e que as mulheres com deficiência enfrentam ainda mais obstáculos na Educação Superior, pois, elas precisam enfrentar alguns estereótipos limitantes, como por exemplo, estereótipos sobre seu desempenho em atividades cotidianas, ou ainda, sobre seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, “apesar das desvantagens e barreiras específicas que sofrem as mulheres com deficiência durante sua vida e percurso escolar, a literatura e as leis ainda são tímidas em abordar os aspectos da vida deste coletivo” (SILVA, 2020, p. 3).

Ainda considerando a DV, a pesquisa de campo de Pieczkowski e Gavenda (2021, p. 139) teve por finalidade “conhecer a trajetória de vida de oito (8) mulheres com deficiência visual em relação aos processos de acessibilidade e inclusão social”. As autoras entrevistaram oito mulheres de uma Associação de deficientes visuais do Oeste de Santa Catarina (ADEVOSC) e os dados foram analisados por meio da leitura foucaultiana. As entrevistas foram gravadas e transcritas e os resultados mostraram que as mulheres com DV “são tratadas de modo diferente, marcadas como menos capazes, como alguém que necessita de correção e constantemente são demarcadas as suas posições de inferioridade e de dependência” (PIECZKOWSKI; GAVENDA, 2021, p. 154). E concluem que a deficiência não está apenas no indivíduo, mas também, no meio social que constantemente nega, discrimina a diferença, numa sociedade onde enxergam a deficiência antes mesmo de visualizar o indivíduo em si, o que a pessoa possui para além de sua deficiência.

Silva (2020) buscou em sua pesquisa de campo analisar a experiência de uma estudante com DA no Ensino Superior através da técnica de sombreamento. A autora também traz uma outra fala muito pertinente sobre o temor das mulheres em se expressar “de expor o que pensa, de se posicionar, de interagir com os colegas e professores, causa isolamento e atinge diferentes áreas da vida da estudante” (SILVA, 2020, p. 13), tal excerto cabe para as ambas condições que discutimos até o momento, tanto para a deficiência quanto está para as mulheres AH/SD, porque cresceram moldadas por diversas regras e com demasiados estereótipos como completam Perez e Freitas (2012, p. 690) tendo “o cuidado e a organização dos cadernos escolares e o gosto pelo cumprimento de regras” caso este, que não é cobrado por via de regra, aos meninos.

Onde estão as mulheres dentro do público da educação especial?

Já o estudo de Mello e Nuernberg (2012) trouxe reflexões acerca dos estudos feministas, procurando avaliar alguns fenômenos sociais e culturais. O estudo faz uma retrospectiva e mostra alguns dos avanços conquistados, inicia relatando que a mulher com deficiência não era pauta presente nas teorias e/ou discussões feministas, e que entre os anos de 1990 a 2000 o modelo social da deficiência passava por uma nova revisão. Foi a partir daí e através dos estudos culturais, teorias feministas, queer e pós-modernas que se principiou uma reflexão sobre a deficiência. As ativistas com deficiência foram as principais responsáveis pela consolidação da temática nos estudos feministas como projeto político acadêmico. Os autores afirmam que as mulheres com deficiência são o tempo todo obrigadas “a responder primeiro às demandas desde seu lugar ou condição de deficiência, negligenciando ou deixando à margem seus outros sujeitos políticos” (MELLO; NUERNBERG, 2012 p. 648).

Estudos mais recentes como os Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019) e Magnabosco e Souza (2019) corroboram com Mello e Nuernberg (2012), sobre a recente produção dos estudos feministas na deficiência, ressaltando que os modelos de compreensão da deficiência têm efeitos sociais e políticos, e influenciam as formas de pensar em questões relacionadas à sexualidade, corporeidade, cuidado e interdependência (GOMES et al., 2019), sendo que mulheres PAEE possuem uma dupla desvantagem dentro de uma sociedade “normalizadora” e patriarcal.

As autoras concluem que é importante a transversalidade da deficiência no feminismo para que haja novas reflexões, tanto políticas quanto teóricas, permitindo a incorporação das demandas específicas da área da deficiência (MELO; NUERNBERG, 2012).

E para finalizar com nosso escopo de estudos, Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) realizaram uma pesquisa quantitativa que propõe discutir a representatividade das mulheres com deficiência na docência do Ensino Superior brasileiro, através dos dados gerais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de 2010 e 2018. Como resultados, observou-se que os docentes com deficiência representam apenas 1% do Ensino Superior no país, e as mulheres são minorias quando comparadas à quantidade de homens, mesmo diante de um aumento ao longo dos anos.

As autoras ainda declaram que “a ciência, enquanto agenciamento específico, regula corpos, invisibiliza, fixa e silencia a mulher com deficiência e a coloca em outros lugares” (VERONEZI; RIBEIRO; GOMES, 2022, p. 243). Concordamos com tal passagem, primeiramente, porque as pessoas com deficiência muitas vezes são consideradas incapazes a partir da crença

limitante de autocuidado, e segundo, porque mulheres com deficiência, de acordo com os pressupostos da sociedade patriarcal, deveriam ser criadas para ocuparem outros espaços sociais (quando são “permitidas” de constituir uma família), e isso inviabiliza o acesso ao Ensino Superior que é um direito garantido por lei:

Às mulheres com deficiências são reservados inúmeros desafios, desde “ser mulher” e exercer os diversos papéis possíveis na sociedade, já que são rodeadas de inúmeros preconceitos e paradigmas que inibem a sua inserção social e minimizam as oportunidades que estas podem vir a ter. Quando estas mulheres optam por estudar e desenvolver-se profissionalmente se deparam com múltiplas dessas barreiras, principalmente a da ausência da acessibilidade e de condições plenas para aprender com autonomia (CORREA; ARAÚJO, 2021, p.11).

De todos os resultados trazidos até aqui, notamos que todos os estudos apresentam e discutem sobre a exclusão da mulher PAEE na sociedade, seja no mercado de trabalho, no acesso à Educação Superior, muitas vezes são privadas de escolhas sobre sua vida pessoal e/ou vida social, e outras ainda, sofrem exclusão até no âmbito familiar.

Estudos como os de Dantas, Silva, Carvalho (2014) e Massuda e Orlando (2019) trazem à tona um ponto chave das discussões, em relação às carreiras ditas “adequadas para o gênero feminino”, mas quais seriam? Quem delimitou esse lugar social da mulher e por que devemos nos calar e acatar às ordens? Nós autoras, mulheres, escrevemos este estudo com um certo pesar, as palavras se tornam difíceis, pois enquanto pesquisadoras da Educação Especial, vivenciamos esse lócus social feminino, o que as autoras Pérez e Freitas (2012), também vêm discutir/refletir em seu texto sobre o papel feminino na sociedade, sobre a identidade da mulher, que neste caso especificamente, trata das mulheres com AH/SD que são prejudicadas na identificação de suas habilidades, pois, estão frequentemente marcadas pelo viés cultural e de estereótipos de gênero. Mas então nos questionamos: até quando essas pressões sociais serão postas sob o papel de ser mulher? E afinal, o que viria a ser esse papel de mulher na sociedade?

Através dos estudos também observamos as especificidades tratadas nas pesquisas, que se limitam apenas à quatro (4) condições: AH/SD, DI, DV e DA, ressaltamos também, as especificidades que não foram encontradas estudos como por exemplo, TEA, deficiência física ou múltipla e os transtornos globais do desenvolvimento que também fazem parte do público da Educação Especial.

4. Considerações Finais

Consideramos que o objetivo final da pesquisa foi atingido, entre os quais, buscamos apresentar um panorama mais atual dos achados sobre o tema e quais eram as discussões levantadas, mesmo diante do baixo número de produções encontradas, tendo em conta, que o período buscado foi de 10 (dez) anos, e esperamos que nossa pesquisa incite à novos estudos objetivando produzir reflexões e avanços na temática.

Gostaríamos de salientar que todos os estudos encontrados relataram uma dupla desvantagem: ser mulher, e possuir alguma especificidade, seja ela uma deficiência ou AH/SD. Chimamanda Ngozi Adichie (s/d) nos traz uma fala pertinente a tal resultado encontrado no estudo “Temos um mundo cheio de mulheres que não conseguem respirar livremente porque estão condicionadas demais a assumir formas que agradem aos outros”. Terminamos a pesquisa com mais inquietações de quando começamos, mas reconhecemos que há muito o que avançar quando se trata de romper estereótipos estruturais de gênero, mais especificamente, aqueles estereótipos em volta das mulheres, que acabam por limitar suas vidas, e ainda mais, quando existe uma condição especial associada. Como uma resposta a isso, sugerimos mais pesquisas em volta do tema para expor as reais necessidades desse público. A relevância desta problemática está justamente no baixo número de pesquisas científicas que relacionam mulheres do público da Educação Especial aos estudos feministas contemporâneos.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIAN, L.; LESLIE, S. J.; CIMPIAN, A. Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests. **Science**, Washington, v. 355, p. 389 - 391, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CORRÊA, M. S. T.; ARAÚJO, R. K. N. Access and permanence of women with disabilities in higher education: Reflecting from the perspective of inclusion. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 7, p. e26510716670, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16670>>. Acesso em: 13 set. 2022.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, 2014., p. 555 - 568. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/?lang=pt#>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ELIAS, C.R.S.; ANDRADE, L.S.; MARTINS, M.T.L.S.; RAMOS, N.A.P.R.; SOUZA, G.; GRAÇAS, M. HIPÓLITO, R.L. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre a terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental**, Alcohol y Drogas, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012.

FARIAS, A. Q. Para quem quer ver além: deficiência visual e empoderamento feminino. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. 1 - 25. 2019. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1832/1595>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

GOMES, R. B.; LOPES, P. H.; GESSER, M.; TONELI, M. J. F. Novos diálogos dos estudos feministas sobre a deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/c7sJxYbSppg9kQMNvwwN6fh/?lang=pt#>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MAGNABOSCO, M. B.; SOUZA, L. L. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1 - 11, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/xN3zgQD7sqggSwxrZfV7qQk/?lang=pt>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MASSUDA, M. B.; ORLANDO, R. M. Temas em altas habilidades/superdotação na perspectiva de gênero: um estudo de revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1 – 21, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26398/pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, 2012, p. 635 - 655. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVtQDLxr7Q4H/?lang=pt#>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

NEUMANN, P. DESIGUALDADE DE GÊNERO E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO. **Diversidade e Educação**, v. 6, n. 2, p. 62 – 70, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8396>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

OLIVEIRA, A. P. S.; RANGNI, R. A. Altas capacidades femininas: Revelações da literatura. In: 9º Congresso Brasileiro de Educação Especial e do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação Especial (XII ENPEE), 2021, São Carlos. **Anais eletrônicos [...]** São Carlos: Abpee, 2021. Disponível em: <<https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalho/5018>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. A mulher com altas habilidades/superdotação: à procura de uma identidade. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2012, v. 18, n. 4, p. 677 - 694. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000400010>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PERRONE, K. M., PERRONE, P. A., KSIAZAK, T. M., WRIGHT, S. L., JACKSON, Z. V. Self-perception of gifts and talents among adults in a longitudinal study of academically talented high-school graduates. **Roeper Review**, v. 29, n. 4, p. 259 - 264, 2007.

PIECZKOWSKI, T. M. Z.; GAVENDA, M. L. Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021, p. p. 139 - 156. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/rcXhrJhGKNJXnNg8t8WvbQN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 jul. 2022

PRICE, E. G., WARDMAN, J., BRUCE, T. Welcome to the table: A bourdieusian take on gifted New Zealand young women. **Education Sciences**, v. 11, n. 106, 1 – 17, 2021.

REIS, A. P. P. Z.; GOMES, C. A. Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a sub-representação de meninas entre alunos superdotados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 503 - 519, 2011.

REIS, S. M. Internal barriers, personal issues, and decisions faced by gifted and talented females. **Gifted Child Today**. n. 25, p. 14 - 28, 2002.

REIS, S. M.; SULLIVAN, E. E. A theory of talent development in women of accomplishment. **In: International Handbook on Giftedness**. Dordrecht: Springer, 2009, p. 487 – 504.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/revisao-sistematica-x-revisao-narrativa/>. Acesso em: 13 set. 2022

SILVA, J. S. S. da. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 1 – 24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38311>. Acesso em: 11 jul. 2022.

VERONEZI, D. P. O.; RIBEIRO, G. M. C.; GOMES, S. H. A. Mulheres com deficiência na docência brasileira. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/108417/66224>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Diseases Eleventh Revision (ICD-11)**. Geneva, 2022. License: CC BY-ND 3.0 IGO. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Agradecimentos

Agradecemos em especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de financiamento de estudos, configurando-se como um fator primordial para o incentivo e desenvolvimento científico em nosso país. O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES com o N° de Processo: 23038.006212/2019-97, N° do Auxílio: 0542/2019.

Sobre as autoras

Ana Paula Santos de Oliveira

Mestra e Doutoranda na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs). Graduada em Psicologia, Bacharel e Licenciatura pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5881-2595>. E-mail: anapaulasantosoliveira@estudante.ufscar.br.

Michelle Roberta Pavão

Mestra e Doutoranda na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs). Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jales. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4136-8701>.

E-mail: michellepavao@estudante.ufscar.br.

Recebido em: 24/01/2023

Aceito para publicação em: 02/03/2023